



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

MENCIONE-SE PUBLICAMENTE
O SENHOR E EXPCG/CDC
24/04/2008

REQUERIMENTO
(23 Abril 08)

Nº 336/X (3ª) - AC

Assunto: Benefícios Fiscais (relatório)

Apresentado por: Deputado Honório Novo (PCP)

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República

Durante o ano de 2005, e por diversas vezes, o Governo, designadamente o Ministro das Finanças, anunciou publicamente a existência de um grupo de trabalho nomeado para a “reavaliação dos benefícios fiscais”, cujo trabalho estaria em curso. Este grupo de trabalho era mesmo referido no relatório da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2006.

Em Novembro de 2005 – faz já quase dois anos e meio – dirigi uma pergunta ao Governo solicitando cópia do trabalho produzido por este tão anunciado grupo de trabalho. Em resposta ao meu requerimento (1007/X(1ª)), o Ministério das Finanças, por resposta de 3 de Fevereiro de 2006 – ou seja, há mais de vinte e seis meses – informava que o relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho dos Benefícios Fiscais se “encontrava em fase final de publicação, pelo que será divulgado publicamente após a sua impressão e nessa altura será remetido ao Grupo Parlamentar do PCP”.

Pode o dito relatório ter sido impresso, e até publicado, mas a verdade é que nunca a divulgação de tal obra nos chamou a atenção – quiçá por descuido da nossa parte. Também é verdade que, afinal, nunca tal publicação foi remetida para o Grupo Parlamentar do PCP, pelo menos nunca ela chegou ao Secretariado do PCP na Assembleia da República. Também desconhecemos que tenha sido remetido para a Comissão de Orçamento e Finanças, a menos que, também aqui, os respectivos serviços se tenham esquecidos de nos avisar.

Não obstante estes sucessivos incidentes, estamos certos que, pelo teor da resposta do Ministério das Finanças de 3 de Fevereiro de 2006, este relatório estará há muito concluído e editado. Por isso, requero, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, que o Governo, através do Ministério das Finanças e da Administração Pública tenha a fineza de remeter uma cópia do referido relatório ao Grupo Parlamentar do PCP.

O Deputado

(Honório Novo)

